

**CONSELHO FISCAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS FISCAL E  
MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA**

Aos 20 dias do mês de fevereiro de 2017, às 08:30 horas na Escola de Formação do Servidor Professor Cleno Vicente, situado à Rua Pará de Minas, 640, Bairro Brasileira – Betim, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal - CF dentre os quais: 1) Gilmar José Jerônimo - representante do Poder Executivo e Presidente do CF; 2) Robson Alcantara – titular representante do Poder Executivo; 3) Vanderléia Pereira Gerônimo - suplente representante do Poder Executivo; 4) Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo; 5) Inez Maria Pongelupe– titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação; 6) José Roberto Pereira de Araújo – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE) e 7) Paulo Nogueira Fortes – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). Os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo; 2) Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE); 3) Luiz Fernando de Souza Oliveira – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). Na qualidade de ouvinte o servidor Aluísio Nicodemos dos Santos. Pelo Ipreamb o senhor Renato Diniz Lanza – Presidente do Ipreamb; o senhor Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe de Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos– COMINV; a senhora Paula Cristina de Castro – Secretária do Comitê de Investimentos; o senhor Jhone Santos Valério – Advogado lotado na Divisão de Investimentos; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade; a senhora Isabela Lara Ferreira– Auditora e Controle Interno e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada pelo Presidente do CF para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Balanço 2016; 2) Relatório de Gestão 2016 e 3) Carteira de Investimentos. Às 09:00 inicia-se a reunião. Tendo em vista a falta de quórum do Conselho Municipal de Previdência, os membros presentes acompanham a reunião do Conselho Fiscal. O Presidente do Ipreamb Renato se apresenta e esclarece que a presente reunião tratará de questões relacionadas a gestão anterior, especificamente o exercício de 2016. Aproveita para falar sobre a nova gestão. Há intenção de trabalhar a área social dentro do Instituto através de parcerias, entre elas Funarbe e alguns bancos. Serão realizadas ações gratuitas que não geram ônus para o Ipreamb. Entre as ações está em andamento a formação de um coral de aposentados e pensionistas, juntamente com a Funarbe e uma escola de informática para prestação de cursos custeados por bancos, onde o Instituto arcará apenas com o aluguel da sala. Comenta que o Instituto passou por uma reestruturação, sendo criada a Divisão de Investimentos devido à necessidade de centralizar as funções e principalmente acompanhar o mercado financeiro definindo quais os melhores momentos para resgate e aplicação. Fazem parte da Divisão: Rômulo, Chefe da Divisão, formado em administração e servidor de carreira cedido pela Prefeitura Municipal de Betim – PMB, trabalhou nas áreas de planejamento da Saúde e da Administração e na área financeira de um banco; Paula, analista previdenciária, formada em ciências atuariais, servidora de carreira do Instituto, trabalha na análise dos fundos; Jhone, advogado servidor de carreira da PMB, trabalha nas questões jurídicas que envolvem os investimentos. Aproveita para apresentar a Chefe de Divisão de Contabilidade Camila, que fez parte da Divisão desde a gestão anterior e permaneceu por sua competência e a Auditora Isabela, analista previdenciária, servidora de carreira do Instituto. Em relação a Divisão de investimentos a intenção é seguir diariamente o mercado e elaborar relatórios que contribuirão para uma boa gestão dos recursos. Haverá mudanças na carteira com o objetivo de alcançar a meta atuarial 2017. Informa que foi publicado uma portaria que restringe as viagens para fora dos limites da região metropolitana como forma de conter gastos. Informa também que o Ipreamb cresceu e a projeção para dezembro de 2017 é de aproximadamente 3.600 (três mil e seiscentos) aposentados e pensionistas compondo a folha de pagamento. Atualmente os números mostram aproximadamente 2.800 (dois mil e oitocentos) aposentados e pensionistas. A idéia é trabalhar com planejamento anual. Passa-se a palavra para o presidente do CF Gilmar que lembra que o atual mandato dos conselhos encerra em 24 de março de 2017 e espera que os membros continuem com o mesmo comprometimento até o final. Ressalta que existe uma legislação federal que norteia os investimentos e existe uma Política de Investimentos aprovada pelo Conselho para o presente

exercício. Acrescenta que a preocupação é maior em relação a segurança do fundo e não somente a rentabilidade. Acredita que a gestão deve ser a longo prazo e não focando apenas os 4 (quatro) anos de mandato do Governo. O saldo atual de aproximadamente 970 (novecentos e setenta) milhões de reais devem ser administrados com responsabilidade por se tratar do futuro do servidor. Comenta que o papel do CF é de fiscalizar e acompanhar as ações do Instituto e solicita que as informações sejam repassadas de forma precisa e em tempo hábil sem omissão das mesmas. Ressalta que os documentos para subsidiar a presente reunião não foram enviados em tempo propício para análise prévia. Lembra que no exercício anterior houve dificuldade de presença de conselheiros nas reuniões, mas houve um bom número de reuniões realizadas. O conselheiro fiscal Robson reforça que o CF possui um Regimento Interno que determina quais informações devem ser repassadas ao Conselho e trata também, entre outros assuntos, da assiduidade dos membros prevendo a substituição quando necessário. O conselheiro fiscal Paulo pede informações sobre a dação em pagamentos. O Presidente do Ipreamb Renato esclarece que o processo de dação está em andamento e há interesse do Governo em concretizá-la para melhorar o valor da alíquota patronal que está em 13,65% (treze vírgula sessenta e cinco por cento). Acrescenta que há intenção em disponibilizar outras áreas para agregar a dação. A conselheira fiscal Margarete fala que gostou da nova gestão do Ipreamb, mas tem algumas observações a fazer. Houve um pacote de projetos de lei encaminhado para a Câmara Municipal de Betim – CMB no início do ano no qual foram aprovados projetos de lei que tratam da demissão voluntária e criação de cargos no Ipreamb, gostaria de esclarecimentos a respeito. Fala também que é preciso criar instrumentos que garantam maior comprometimento dos novos membros que assumirão o próximo mandato dos conselhos. Fala ainda que em praticamente todas reuniões anteriores solicitou um documento mostrando o histórico de cada fundo e gráficos do rendimento esperado e alcançado. Acredita que esta é uma forma de melhorar a leitura e a compreensão do comportamento de cada investimento e espera que com a criação da Divisão de Investimentos tal demanda seja atendida. O Presidente do Ipreamb Renato esclarece que seguirá o Regimento Interno dos conselhos garantindo funcionalidade dos mesmos. Sobre a criação dos novos cargos, explica que houve devolução de 6 (seis) servidores cedidos ao Ipreamb gerando economia de aproximadamente 1 (um) milhão de reais por ano. Os cargos criados e o pedido de cessão de novos servidores para assumi-los ocasionarão anualmente ônus de aproximadamente 180 (cento e oitenta) mil reais, ou seja, um saldo econômico positivo. Em relação ao PDV – Programa de Desligamento Voluntário, o mesmo não possui ligação direta com o Ipreamb. Professores e médicos não serão contemplados. Há intenção em promover um novo concurso para repor a vacância. Quanto a mudança na carteira de investimentos serão feitas nos próprios bancos onde há investimentos neste momento, alterando apenas o tipo de fundo. Atualmente 70% (setenta por cento) da carteira está aplicada no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Hoje a carteira é composta por 57 (cinquenta e sete) aplicações e a rentabilidade de cada um varia conforme tipo e mercado. Há investimentos que não estão rendendo o esperado, mas por serem de longo prazo e ter data certa de resgate não podem ser retirados recursos. A secretária do Cominv Paula acrescenta que o processo de recadastramento dos Bancos, que definem se o Instituto pode ou não aplicar seus recursos, seguem um critério minucioso conforme as instruções do Ministério da Previdência – MPS. O presidente do CF Gilmar reforça que a solicitação da conselheira fiscal Margarete tem por objetivo deixar a leitura dos relatórios referentes aos investimentos mais acessível. A conselheira fiscal Vanderleia parabeniza a indicação do Presidente do Ipreamb Renato que mostrou ter conhecimento técnico para assumir a cadeira. Pergunta se os investimentos passarão a ter uma postura agressiva, uma vez que hoje a carteira é conservadora a moderada. A secretária do Cominv Paula responde que 13% (treze por cento) da carteira está aplicada em renda variável e 87% (oitenta e sete por cento) em renda fixa. O chefe de Divisão de Investimentos Rômulo acrescenta que com base na legislação não há como ser agressiva. O princípio é de solvência e a carteira manterá a posição conservadora a levemente moderada. O conselheiro fiscal José Roberto diz que as pessoas têm o preconceito de achar que os sindicatos se preocupam apenas em fazer oposição. Como sindicalista esclarece que há preocupação em defender o Instituto acompanhando todas as ações e para isto faz-se necessário transparência de informações, principalmente relacionadas aos investimentos. O conselheiro municipal Luiz Fernando justifica a ausência da conselheira municipal Andrea, representante dos servidores ativos do quadro da Educação. Acrescenta que houve anteriormente à criação do Instituto um debate entre os servidores da Educação sobre Regime Geral de Previdência Social - RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS para definir qual defenderiam como regime

previdenciário a ser adotado pelo Município. Tendo em vista as vantagens que o RPPS traz, optou-se por interceder por este regime. Comenta que o SindUte sempre acompanhou as ações do Instituto e ressalta que houve em determinado momento má gestão dos recursos, ocasionando denúncia no Ministério Público – MP contra um ex-diretor que posteriormente foi indicado pelo poder executivo a assumir um lugar no CMP. Comenta ainda que o ex-prefeito Carlaile Pedrosa ao assumir seu mandato alterou a legislação previdenciária no artigo que trata da indicação dos aposentados e pensionista para compor os conselhos, tirando o direito dos servidores indicarem e passando este direito ao Ipreamb. Com isso reforça que as ações que envolvem a previdência municipal não são discutidas com os servidores. Cita as alterações feitas pelo atual governo e os projetos de lei encaminhados à CMB alterando a legislação referente ao cartão cesta-servidor, auxílio doença e pensão, onde não foi levando em conta em momento algum o social. Acrescenta que a reestruturação do Ipreamb também deveria ter sido tratada juntamente ao CMP. Solicita que assuntos referentes à previdência sejam discutidos previamente nos conselhos. Pergunta como está o repasse patronal e informa que este conselho tem um acordo de não aprovar novos parcelamentos. O Presidente do Ipreamb Renato responde que houve um debate preliminar para alterar alguns itens da legislação, entre as alterações, o cartão cesta-servidor. Acrescenta que entrou em defesa por mantê-lo ao aposentado observando a questão social. O Instituto não pode arcar com este tipo de benefício, a legislação prevê que os recursos sejam gastos somente com aposentadoria e pensão. Propôs uma solução: criar um convênio entre PMB e Ipreamb, onde a Prefeitura repassa a verba e o Ipreamb administra o cartão. Há um projeto de lei na Câmara para regulamentar a ação. Ressalta a importância de Prefeitura e Instituto andarem juntos. Em relação a pensão, a legislação é federal e ao adotá-la o Governo visa proteger o caixa do Ipreamb a longo prazo. O conselheiro municipal Luiz Fernando compreende a intenção em proteger os recursos, mas tal alteração fere as vantagens de ser vinculado ao RPPS. Há outros meios de preservar o caixa e os mesmos deveriam ser discutidos com todos os envolvidos. Cita que o pagamento em dia da alíquota patronal é um destes meios. O Presidente do Ipreamb Renato diz que em relação aos cargos criados a discussão iniciou-se durante a transição quando observou-se o crescimento do Instituto e viu a necessidade de departamentalizar os espaços ampliando a estrutura e garantindo maior eficiência na gestão. O conselheiro municipal Luiz Fernando fala que ainda assim as alterações deveriam ter sido discutidas e acredita que conforme esclarecimento não haveria oposição do conselho. Aproveita para perguntar sobre o afastamento preliminar do servidor que requer aposentadoria, este servidor terá sua aposentadoria concluída no mesmo dia como acontece em outros órgãos públicos? O Presidente do Ipreamb Renato diz que não há como prever o tempo de conclusão e esta decisão foi tomada tendo em vista os inúmeros casos de acúmulos de cargos que geram morosidade no desfecho. Os maiores casos estão entre os servidores da Educação e Saúde. A conselheira fiscal Inez questiona se os casos de acúmulos não podem ser detectados e resolvidos durante o estudo prévio de aposentadoria. O Presidente do Ipreamb Renato diz que há muita omissão de informações por parte do servidor, o que dificulta a identificação dos acúmulos no estudo preliminar. Em relação aos parcelamentos esclarece que é inviável o pagamento em dia dos valores mensais a serem repassados, hoje este valor está em aproximadamente 9,5 (nove vírgula cinco) milhões de reais, sendo 4,5 (quatro vírgula cinco) milhões de reais referentes ao repasse patronal e 5 (cinco) milhões de reais referentes aos 8 (oito) parcelamentos. O Instituto sente-se responsável por retirar dinheiro que poderia ser investido em outras áreas como saúde e educação. O primeiro parcelamento, em 2005, foi mal planejado. A dívida que iniciou-se no montante de 87 (oitenta e sete) milhões de reais, atualmente soma-se mais de 300 (trezentos) milhões de reais. O Governo estuda um meio de recompor os atuais parcelamentos condensando-os em 3 (três). O conselheiro municipal Luiz Fernando pergunta se neste novo parcelamento está incluído a confissão de dívida, correspondente ao 1º (primeiro) parcelamento. Lembra que a repactuação da dívida foi um assunto proposto pelo Governo anterior que tinha como objetivo reduzir as taxas de juros, mas não foi adiante. Questiona se o atual Governo também pretende fazer a repactuação aumentando o número de parcelas. O Presidente do Ipreamb Renato responde que a intenção é gerar um valor pagável mensalmente sem gerar prejuízos ao Ipreamb. O conselheiro municipal Luiz Fernando diz que o estudo feito pela PMB para definir valores da confissão de dívida não condiz com a realidade e não foi coerente ao mesmo estudo feito na época pela Caixa Econômica Federal que apontou um valor superior ao informado pelo Município. Ressalta que todo assunto que envolve previdência, como a repactuação da dívida e a dação em pagamentos deve ser discutida entre os servidores. O presidente do CF Gilmar comenta que a matemática utilizada para calcular a taxa de juros da confissão de dívida foi

errônea gerando um aumento considerável do saldo devedor. Fazer um novo parcelamento, aumentando o número de parcelas terá como consequência o aumento da alíquota patronal conforme apontará o cálculo atuarial. Assim é importante analisar com cautela para não prejudicar a folha de pagamento. Ressalta que é relevante o repasse de informações aos servidores e a discussão dos pontos que envolvem a previdência. A conselheira fiscal Margareth comenta que os cálculos foram equivocados e a repactuação da dívida é algo desafiador e gostaria que o assunto fosse amplamente divulgado e discutido em audiência pública. O Presidente do Ipream Renato esclarece que é impossível pagar em dia a dívida atual. A renegociação gera uma garantia de recebimento. Hoje o Instituto possui em caixa valores suficientes para arcar com os benefícios de aposentadoria e pensão ao longo de 24 (vinte e quatro) anos. Isto dá tranquilidade para fazer um novo parcelamento a longo prazo com valores passíveis de recebimento até a última parcela. O conselheiro municipal Luiz Fernando diz que não há como garantir o pagamento a longo prazo, pois não há como garantir a má gestão de novos governos. Diz também que ações como a dação em pagamento e novos concursos ajudarão a dar solidez ao Instituto. O Presidente do Ipream Renato concorda, mas acrescenta que com valores pagáveis há como cobrar. O conselheiro municipal Weber comenta que havia um entendimento que a transição seria estendida pelos 100 (cem) primeiros dias do novo governo, mas parece que não está acontecendo. Diz que o Sinsaúde é contrário as principais alterações realizadas e reforça que não houve conversa com a categoria. Há expectativas por parte dos servidores de retomar o dialogo para juntos resolverem os problemas do Município. Comenta que o PIA – Programa de Incentivo à Aposentadoria, acarreta ônus para o Ipream. Pergunta se o censo aponta quantos servidores estão próximos de aposentar. O presidente do CF Gilmar comenta sobre o impasse administrativo entre o INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social e Ipream em relação à revisão da Certidão de Tempo de Contribuição – CTC acrescentando o período entre 1990 e 1992. O Presidente do Ipream Renato diz que a questão está em discussão há mais de 1 (um) ano. A intenção é resolver a situação o mais rápido possível. A procuradoria do Ipream está acompanhando o caso. A conselheira fiscal Margarete considerando a pauta do dia, relatório de gestão 2016, onde o CF aprova e o CMP referenda, e a falta de quórum do CMP, questiona se isto não prejudica a reunião. O presidente do CF Gilmar, sugere uma nova reunião para tratar do assunto tendo em vista que os documentos para análise não foram entregues em tempo hábil. O Presidente do Ipream Renato sugere apresentação do relatório para o conselho fiscal e uma nova reunião para o conselho municipal. A conselheira fiscal Margarete diz que não se sente apta para aprovar as contas e concorda com uma nova reunião para que tenha condições de fazer um estudo cuidadoso. O presidente do CF abre votação para definir a discussão em torno do relatório de gestão 2016. Por unanimidade todos decidem por agendar nova reunião que fica pré-programada para o dia 22 de fevereiro, às 09h, na sala de reuniões do Ipream, aguardando a confirmação do Presidente do Ipream Renato. Sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Representante do Conselho Fiscal

  
Gilmar José Jerônimo - representante do Poder Executivo e Presidente do CF

  
Robson Alcântara – titular representante do Poder Executivo

  
Vanderleia Pereira Gerônimo - suplente representante do Poder Executivo

  
Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo

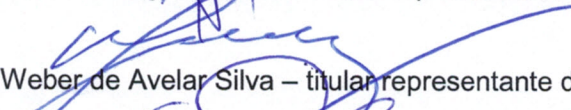
Inez Maria Pongelupe – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação

  
José Roberto Pereira de Araújo – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE)

  
Paulo Nogueira Fortes – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Representantes do Conselho Municipal de Previdência:

  
Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo

  
Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos da Saúde (SINDSAUDE)


  
Luiz Fernando de Souza Oliveira – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB)

Representantes do IPREMB

  
Renato Diniz Lanza – Presidente do Ipremb

Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe de Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos– Cominv

  
Paula Cristina de Castro – Secretária do Comitê de Investimentos – Cominv

  
Jhone Santos Valério – Advogado lotado na Divisão de Investimentos

  
Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade

  
Isabela Lara Ferreira – Auditora e Controle Interno

  
Darlene Rocha Nunes Rodrigues – Secretária para o ato.

Ouvinte

Aluísio Nicodemos dos Santos

